

# ARQUEOLOGIA EM TRANSIÇÃO: ACTORES, MÉTODOS E PROJECTOS NO PORTUGAL DOS ANOS 70 (APRECIACÃO INICIAL)<sup>1</sup>

Ana Cristina Martins<sup>2</sup>

“Infelizmente, no nosso país, a Arqueologia ainda não atingiu foros de ciência digna de merecer as atenções dos poderes públicos, que a consideram uma espécie de caturrice de alguns maníacos tolerados à margem da lei.”  
(Paço, 1951: 60-61)

## RESUMO

Os anos decorridos entre o fim da II Guerra Mundial e os anos 70 são cruciais para compreender a transformação observada na actividade arqueológica em Portugal, em grande parte na esteira do surgimento e aceitação da *New Archaeology* (1958). As razões para esta circunstância foram muitas, entre as quais o crescente papel da universidade na formação arqueológica; a internacionalização arqueológica; os novos métodos de escavação; os mentores de uma nova geração de arqueólogos; a presença de especialistas estrangeiros entre nós, assim como da própria extensão de Lisboa do Instituto Arqueológico Alemão (1971).

Avaliar as diferentes formas de recepção, circulação e difusão da *New Archaeology* em Portugal, permitirá entender se os anos 70 foram de transição, quando comparados a exemplos coevos, identificando protagonistas, instituições, projectos e resultados.

<sup>1</sup> Texto produzido no âmbito da Bolsa de Investigação de Pós-Doutoramento SFRH/BDP/105375/2014, atribuída pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal), com o apoio financeiro do Fundo Social Europeu. Este texto constitui, ainda, um *output* do projecto “Una Arqueología Sin Fronteras. Los contactos internacionales de la Arqueología en España en el siglo XX” (HAR2012-34033), financiado pelo Ministerio de Economía y Competitividad, de Espanha.

<sup>2</sup> Bolseira de Pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, na especialidade de História da Arqueologia, tendo como Unidade de Acolhimento o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Investigadora Colaboradora do Centro de Pesquisa e Estudos Sociais da Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Professora Auxiliar Convidada da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, nela coordenando os Seminários de História do Património e da Ciência. Doutorada em História, Mestre em Arte, Património e Restauro e Licenciada em História - variante de Arqueologia pela Universidade de Lisboa. Autora de dezenas de títulos publicados em português e em inglês, no âmbito da história da arqueologia, da ciência e do património. Vice-Presidente da Assembleia Geral da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Presidente da Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa. E-mail: [ana.c.martins@zonmail.pt](mailto:ana.c.martins@zonmail.pt)

**Palavras-chave:** Eduardo da Cunha Serrão; 'Geração do Tejo "; Arqueologia em Portugal; *New Archaeology*; Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra.

## ABSTRACT

The years between the end of World War II and the 70<sup>ies</sup> are crucial for appreciating the transformation observed in archaeological activity in Portugal, largely in the wake of the *New Archaeology* (1958). The reasons for this phenomenon were many, underlying the growing role played by university in archaeological training; the rising of archaeological internationalization; the new excavation methods; the mentors of a new generation of archaeologists; the presence of foreign experts among us, likewise the German Archaeological Institute (1971).

Evaluating the many forms of reception, circulation and dissemination of *New Archaeology* in Portugal, we will understand if the 70<sup>ies</sup> were of transition, when comparing to coeval examples, naming some protagonists, institutions, outcomes and outputs.

**Keywords:** Eduardo da Cunha Serrão; 'Geração do Tejo'; Arqueologia em Portugal; 'Nova Arqueologia'; Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra.

## CONTEXTOS PRÉVIOS

Entre outras particularidades e inovações próprias da época, os finais de Oitocentos permitiram o ingresso de intelectuais ibéricos em diferentes esferas europeias de produção de conhecimento científico. A arqueologia foi uma delas, de entre as destinadas ao entendimento e registo da diversidade humana. Uma situação à qual não foi indiferente o desdobrar de viagens transcontinentais fomentadas por uma contemporaneidade industrial e uma inquietação despotada face à existência de 'Outro(s)', entre os quais se buscava, amiúde, respostas para origens geográficas e étnicas, assim como para a interpretação de singularidades pretéritas, enquanto -cientes ou não disso-, legitimavam agendas políticas, mormente coloniais (Díaz-Andreu - Champion, 1996; Trigger, 1992).

Portugal não foi alheio a este fenómeno que atravessou, em crescendo, a Europa deste o dealbar das *Luzes*. Por isso, acolheu com certo entusiasmo teorias e práticas geradas em comunidades dedicadas a estudos arqueológicos e, sobretudo, pré-históricos. Contribuíam, também assim, para a sua disseminação entre elites locais e regionais,

enquanto procuravam sensibilizar entidades decisoras para a necessidade de os inscrever no academismo nacional, por tudo quanto podiam aduzir à afirmação do país no problemático xadrez geopolítico ocidental. Realidade conhecida de muitos intelectuais portugueses, pelos anos vividos em cidades como Londres e Paris, e por notícias divulgadas na imprensa e nos melhores salões da nossa sociedade mais ilustrada.

Mas, se o interesse endógeno por realizações estrangeiras era notório, a julgar pelo muito publicado à época, rareavam os que, não sendo portugueses, se interessavam genuinamente por um país que se refazia, penosa e intermitentemente, de sucessivas perdas humanas e materiais ocorridas entre o destrutivo terramoto de 1755 e as fratricidas lutas liberais. Não que o país fosse ignorado por completo. Ao contrário. Mas não centralizava as atenções, por exemplo, de Espanha, por razões díspares, das quais a força económica e os interesses culturais da sua aristocracia e alta burguesia não eram as somenos relevantes. Ainda assim, havia quem, conquanto escassa e contidamente, procurasse e se integrasse em redes de produção e de transferência de conhecimento científico. Acima de tudo, quando transpunham as fronteiras ibéricas, rumando a outras paragens. Designadamente, por ocasião de exposições universais, durante as quais aproveitavam para participar em congressos internacionais de diferentes áreas disciplinares e assistir à inauguração de novos espaços museológicos.

Foi, assim, que, aos poucos, com perseverança e resiliência, os cultores da arqueologia e da pré-história entre nós divulgaram os seus trabalhos, motivando o interesse de circuitos académicos estrangeiros. Curiosidade bastante para justificar a realização, em Lisboa, no ano de 1880, da 9.<sup>a</sup> sessão do modelar Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica (CIAAP) (Gonçalves, 1980; Martins, 2003). Confirmado o potencial arqueológico do território, o final dos trabalhos motivou a vinda posterior de personalidades, como Emil Hübner (1834-1901) e Émile Cartailhac (1845-1921), preparados com os contactos imprescindíveis à execução das suas missões. Apoiados pelos respectivos governos, percorreram o país e visitaram colecções e museus para, com a informação recolhida, cumprirem projectos específicos de investigação e darem à estampa os seus resultados (Fabião, 1999).

Facto que decepcionou quem esperançara que este encontro internacional permitisse a institucionalização da arqueologia em Portugal. Com efeito, e apesar de ajudas conferidas, interesses evidenciados, notícias veiculadas, escavações realizadas, colecções montadas e exibidas, e entusiasmos demonstrados, antes e durante o decorrer das sessões e actividades complementares, a letargia política pelo assunto perdurava.

Situação tanto mais estranha para a intelectualidade nacional, quando se testemunhara a qualidade e a quantidade do escol de especialistas presentes, a pompa e a circunstância que rodearam a sessão de abertura e todo o programa científico e social, com visibilidade acrescida nos jornais de maior circulação nacional. Pese embora as expectativas iniciais, o desfecho do congresso significou o retorno à generalizada indiferença interna, fosse por desconhecimento, desinteresse ou focalização em aspectos considerados - à época -, prioritários para a afirmação e desenvolvimento de Portugal (Martins, 2013).

Foi, assim, enquanto desapareciam pioneiros da nossa arqueologia, que sociedades eruditas privadas continuavam a disseminar conhecimentos, através de conferências, cursos, visitas, exposições temporárias artigos, monografias e incentivos ao associativismo local e à colaboração autárquica (Martins, 2005). Prosseguia-se, por conseguinte, o rumo traçado neste âmbito pela predecessora da Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP), a Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses (1863).

A par da criação, em 1885, na Universidade de Coimbra, de uma cadeira contemplando estudos pré-históricos, foram factores, como a abertura do Museu Etnográfico/Etnológico Português (MEP) (1893; 1906) o ascendente de José Leite de Vasconcelos (1858-1941); o reforço da arqueologia na AAP (1863); a multiplicação de escavações; o desdobramento de agremiações eruditas dedicadas ao estudo do passado; a reprodução de colecções e museus regionais com materiais arqueológicos; a formação de cadeiras universitárias ligadas à actividade arqueológica; a publicação da primeira lista de monumentos classificados como nacionais (1910); o desempenho preemptório da 1.<sup>a</sup> República na gestão patrimonial; a realização do 15.º CIAAP (Coimbra e Porto, 1930), e acções individuais de docência universitária integradas em cursos gerais superiores de letras e de ciências, que, no conjunto, permitiram consolidar agendas pessoais e colectivas na área arqueológica, alimentando esperanças quanto à sua confirmação definitiva na generalidade da produção científica interna (Martins, 2013).

Portugal era, também neste capítulo, um país peculiar. Até porque, cotejado a Espanha, não carecia da arqueologia e dos estudos pré-históricos para legitimar fronteiras ou substanciar discursos centralistas ou autonomistas. A atenção política pela arqueologia era, no conjunto, efémera, dispersa e superficial para garantir estruturas de maior suporte e perenidade. Particularidade interna explicável, em parte, pela prescindibilidade desta actividade científica no quadro geral dos diferentes ideários e

agendamentos estadistas que, no caso espanhol, sustinham o desenvolvimento arqueológico, mediante financiamentos, presença de arqueólogos estrangeiros e de formação académica noutros países. Com efeito, e embora de forma pouco unânime, dirigentes e intelectuais nacionais consideravam não existir carência de dados pré-medievais para justificar a existência coesa e contínua do país (Martins 2013). Nada, sem dúvida, equiparável à necessidade fundamentadora da afirmação célere e consistente desta ciência noutros recantos europeus e mundiais (Diaz-Andreu – Champion, 1996).

Explicar-se-á, em parte, desta maneira, porque razão, ao invés do sucedido em solo espanhol, o país não duplicou, no limiar da nova centúria, o associativismo patrimonial e cursos vocacionados para a arqueologia.

Além de profícuas colaborações esporádicas mantidas a título pessoal e privado, em especial com colegas espanhóis (por motivo de maior proximidade geográfica e comunhão de interesses científicos), as relações institucionais neste domínio eram praticamente inexistentes entre nós. Pelo menos até à instituição do Estado Novo (1926/1933-1974) e, em concreto, com a criação, no seio da Junta de Educação Nacional/Junta Nacional da Educação (1926-1936/1936-1977)<sup>3</sup>, do Instituto para a/de Alta Cultura (1936-1952/1952-1976), responsável, entre outros aspectos, pela gestão da investigação científica no país, contemplando uma secção encarregada, por exemplo, de deliberar sobre pedidos de escavação e propostas de classificação de monumentos e sítios (Rollo *et alii*, 2012).

Embora sem o impacte observado noutras áreas disciplinares, foi neste contexto que se registou um maior apoio à organização de encontros, publicação e participação em congressos estrangeiros, destes se destacando os promovidos por associações nacionais e luso-espanholas para o progresso das ciências.

Ainda assim, e pelos dados recolhidos até ao momento, a não autonomização da arqueologia, mediante debates académicos, actividades museológicas e curricula universitários próprios, e a ausência de uma estratégia institucional para a mesma, perpetuaram um certo isolamento que apenas alguns, fruto de empenho pessoal, souberam ultrapassar, inscrevendo-se em amplas redes de produção, transmissão e recepção de conhecimento. Eram, sobretudo, estes últimos que se inteiravam, gradativamente, de postulados e praxis discutidos e assumidos nas principais escolas

---

<sup>3</sup> Organismo reorganizado na 'Primavera marcelista' (1968-1970) e escurado na Direcção-Geral dos Assuntos Culturais da 'Evolução em Continuidade' dos anos 60.

arqueológicas ocidentais da época. Designadamente, da alemã e - acima de tudo -, da francesa, muitas vezes através de Espanha e por intermédio de autores espanhóis. Compreende-se, assim, que algumas linhas de investigação da arqueologia portuguesa -paleolítico, megalitismo, povoados fortificados de altura e presença romana-, seguissem orientações definidas noutras fronteiras, respeitando, embora, especificidades endógenas e interesses pessoais de cada investigador.

A noção da relevância de trabalhos conduzidos noutros círculos arqueológicos ocidentais, reiterada pela presença em reuniões estrangeiras em solo europeu e africano, abriu novos horizontes de actuação. Entende-se, pois, que acolhessem com maior ânimo arqueólogos de diferentes nacionalidades, entre as quais a inglesa (nomeadamente para integrarem campos arqueológicos<sup>4</sup>), e individualidades como a de Henri Breüil (1877-1961), refugiado em Lisboa quando da ocupação de Paris pelas tropas nazis. Enquanto isso, sociedades eruditas sediadas nas capitais das (então) Províncias Ultramarinas portuguesas, estreitavam relações com comunidades arqueológicas circunvizinhas de excelência como universidades sul-africanas e o *Institut Français pour l'Afrique Noire* (1936-1966), contraditando uma certa ideia metropolitana quanto a um hipotético isolamento científico dessas longínquas paragens (Martins, 2014).

### **1958: PONTO DE CHEGADA E PONTO DE PARTIDA**

Esmorecido com a inacção de quem devia institucionalizar a arqueologia em Portugal de modo a credibilizá-la socialmente e aos seus cultores, o exemplo de proficiência e tenacidade dos pioneiros nacionais estribou perseveranças. Prosseguiu-se, então, o caminho da análise, protecção e difusão (como Carlos Ribeiro - 1813-1882) de vestígios históricos, artísticos e arqueológicos identificados no território, apesar dos obstáculos assomados, de diferente origem, natureza e extensão, decorrentes, na sua quase totalidade, do desconhecimento da importância do passado na afirmação identitária e desenvolvimento sustentável de regiões e localidades.

Mas, cultivada diferenciadamente por instituições portuguesas, a actividade arqueológica centrou-se na capital, salvo raras e destacadas excepções (Guimarães, Porto e Coimbra). Mais concretamente, no MEP e na AAP - convertida *na* casa dos arqueólogos portugueses -, aos quais se juntaram os Serviços Geológicos de Portugal (1918), designadamente por mão de Georges Zbyszewski (1909-1999) e Octávio da

---

<sup>4</sup> Caso do pré-historiador e professor de Oxford, Charles F. Ch. Hawkes (1905-1992).

Veiga Ferreira (1917-1997). Enquanto isso, envidaram-se esforços, mesmo que discretos e despretensiosos, de actualização de pensamento e procedimento. Foram disso exemplo as teorias paleo-económicas de Graham Clark (1907-1995) e os contributos de ciências naturais e exactas para um entendimento mais abrangente do passado (Martins, 2005).

Entretanto, e conquanto tardio (comparado a exemplos europeus), Lisboa acolheu o I Congresso Nacional de Arqueologia (I CNA), num ano – 1958 –, de particular agitação interna pelo desenrolar e resultado das eleições presidenciais. Evocativo do primeiro centenário do nascimento de J. Leite de Vasconcelos, mentor e primeiro director do MEP, o I CNA foi alvitado por Manuel Heleno (1894-1970), seu sucessor à frente dos destinos deste museu e da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) (1911). Repartidas por diferentes instituições onde J. Leite de Vasconcelos exercera a sua actividade enquanto docente e investigador, as sessões de trabalho decorreram, maioritariamente, nas novas instalações da Faculdade (Martins, 2013).

Reunindo, pela primeira vez, os cultores da arqueologia no país, o I CNA revelou-se um espaço privilegiado de debate teórico, de apresentação e discussão de métodos de trabalho e de conclusões preliminares de estudos conduzidos no terreno e em contexto de gabinete.

Entre as individualidades convidadas para a abertura oficial dos trabalhos, constaram altos dignitários do governo português, nomes de proa da arqueologia nacional e representantes estrangeiros, em confirmação da relevância arqueológica do nosso território, da qualidade dos estudos nele conduzidos e, sobretudo, das possibilidades de investigação neles entrevistas.

O I CNA possibilitou, de igual modo, a apreensão de novidades proferidas por peritos estrangeiros convidados para o efeito<sup>5</sup>. Mais do que isso, permitiu aos responsáveis pela arqueologia em Portugal enfatizar a importância desta ciência num país onde nunca fora central nos programas políticos firmados desde o ocaso monárquico. Sem o apoio firme e permanente de organismos públicos, centrais e regionais, tornava-se quase impossível enraizar a sua prática na generalidade da produção educativa e científica internas. O primeiro passo nesse sentido cumprir-se-ia

---

<sup>5</sup> Casos de Martín Almagro Basch (1911-1984), com *Elementos para la cronología absoluta del Bronce I en la Península Ibérica*, e de Joan Maluquer de Motes (1915-1988), com *El tesoro tartésico de "El Carambolo"*, Sevilla.

deste modo, muito por força dos mentores e organizadores principais do encontro. A começar por M. Heleno, a quem se juntou Joaquim Moreira Fontes (1892-1960), professor universitário, presidente da AAP e da Câmara Municipal de Sintra, e A. A. E. Mendes Correia (1888-1960), docente universitário, investigador reconhecido, nacional e internacionalmente, e figura próxima do regime político vigente.

Agregando diferentes interesses e esforços, e reflectindo o impacte interno do congresso, publicaram-se dois volumes de actas, o primeiro dos quais logo em 1959 (figs. 1 e 2). Se dúvidas houvesse acerca da importância deste congresso para a afirmação definitiva e desenvolvimento da arqueologia em Portugal, bastaria recordar este facto para as desvanecer de imediato. Volumes que constituem uma fonte incontornável para conhecer, (quase) na plenitude, a condição da arqueologia praticada,

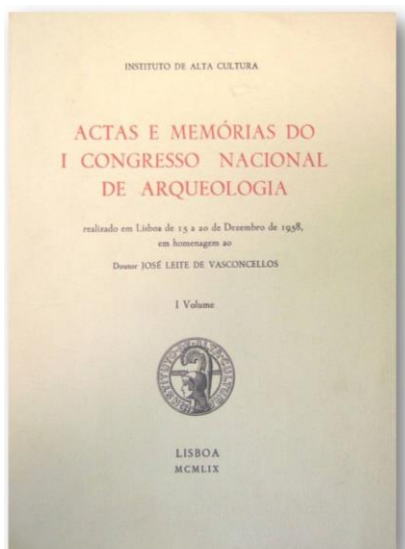


Fig. 1 – Capa do volume I de *Actas e memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*

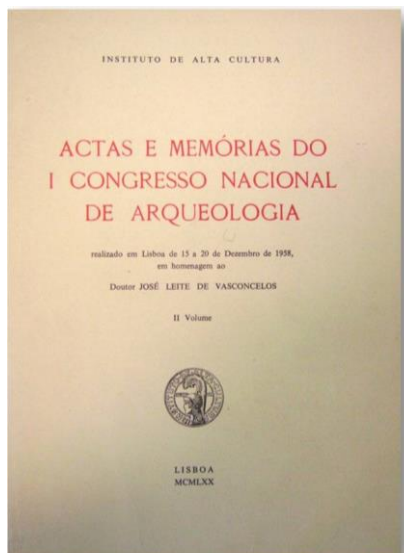


Fig. 2 – Capa do volume II de *Actas e memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*

à época, no país, num momento que classificamos de encruzilhada. De encruzilhada, mas também de passagem de testemunho transgeracional, entre quem desbravara caminhos árduos a esta ciência e quem já não se

conformava com precedentes formas de olhar o passado, nem com a metodologia e os métodos utilizados para o estudar.

As páginas destes dois volumes revelam uma arqueologia em partilha e bifurcação de seres, saberes, procederes e demanda constante por novos caminhos entrevistos em bibliografia e projectos estrangeiros (Congresso Nacional de Arqueologia, 1959-1960). Os textos revelam, aqui e além, uma urgência de metamorfose, inovação, renovação e aperfeiçoamento perceptíveis, ademais, nas próprias razões reclamadas para a realização do congresso. Destas, bastará acentuar duas: o debate e propagação de recentes orientações metodológicas e tecnológicas, e a



agilização de contactos a promover e manter entre arqueólogos nacionais e estrangeiros. Aspectos não pouco substanciais quando a ciência evoluíra de forma expressiva nos últimos 20 anos, sem que a comunidade arqueológica nacional criasse fóruns específicos de discussão proficiente. Apesar disso, assinalavam-se ensaios individuais de actualização de conhecimentos mediante leituras diversificadas, comparência a encontros internacionais e recepção de conferencistas estrangeiros, mesmo que de modo um pouco casuístico.

Tratou-se, sem dúvida, de um cruzamento originado pela premência de rejuvenescer a arqueologia nacional mediante uma aproximação mais efectiva, eficaz e duradoura ao muito realizado além-fronteiras em termos epistémicos e de praxis arqueológica. Havia, por conseguinte, que comutar antigas visões e abordagens por um modo distinto de decompor a dinâmica do pretérito humano. Uma preocupação que atravessou o I CNA, acabando por se fixar nos seus objectivos gerais, com relevo para a discussão e divulgação de novas metodologias e técnicas de investigação, e a promoção de relações institucionais estáveis com arqueólogos estrangeiros.

Entre os cerca de 100 textos vertidos nas actas, destacamos o elaborado, em co-autoria, por Eduardo da Cunha Serrão (1906-1991) (Serrão – Vicente, 1959).

Com 52 anos, E. da Cunha Serrão foi o único participante do I CNA a dissertar, de modo inequívoco e estruturado, acerca do panorama arqueológico nacional, tomando como paradigma o observado no interior das (então, consideradas) principais escolas ocidentais. Facto surpreendente no panorama interno, não fosse o caso de ter viajado até Inglaterra em 1952, com bolsa de estudo do *British Council*, para estagiar no *Institute of Archaeology* da *University College of London*, onde contactou com a *Field Archaeology*.

Elencando problemas e resoluções, encetou pelos primeiros: ausência de uma fiscalização eficaz dos trabalhos; inexistência de formação holística dos arqueólogos; escasso acesso a métodos (como os arqueométricos) retirados de outras ciências (designadamente naturais e exactas); acanhada divulgação de métodos de escavação (nomeadamente na bibliografia nacional); reduzido número de campos arqueológicos de aprendizagem onde adquirir conhecimentos e desenvolver competências. Obstáculos que, de um modo geral, resultavam de uma grave insuficiência de recursos materiais, bem como da incompreensão social sobre o papel da arqueologia. Assim se justificaria a falta de cursos específicos na área (Serrão, 1959: 319).

Solucionar, todavia, estes óbices exigia transcender a incómoda escassez de meios materiais e a contumaz displicência generalizada pela arqueologia.

Impedimentos a superar quanto antes, principiando, no seu entender, pela implementação de uma inspecção eficaz (= científica) dos trabalhos arqueológicos. Mas, havia que ir mais longe, formando os arqueólogos de modo integrado, proporcionando-lhes o acesso a processos de investigação retirados de ciências naturais e exactas, e actualizando-os quanto aos mais recentes métodos de escavação. Dever-se-ia, ainda, montar campos arqueológicos para prática universitária, de modo a apurar competências específicas, organizando, em concomitância, cursos públicos e privados de arqueologia.

Mas, se presumiam um ensurdecimento aparente face a referências estrangeiras, sobretudo as britânicas dos últimos anos, as críticas de E. da Cunha Serrão revelar-se-iam tanto mais gravosas quando Portugal recebia arqueólogos estrangeiros desde finais do século XIX, mantendo correspondência com alguns deles, sorvendo bibliografia produzida além-fronteiras e assistindo a palestras proferidas por especialistas acolhidos em diferentes instituições nacionais<sup>6</sup>. Mais do que isso, o país recebia arqueólogos estrangeiros que permaneceram entre nós durante largas temporadas, a exemplo do casal Vera e Georg Leisner.

Mais. As referências bibliográficas contidas em textos publicados nos dois volumes de actas deste I CNA revelam como os seus autores se actualizavam, denotando insatisfação quanto a modelos e práticas precedentes. Até porque, conquanto raras, circulavam traduções de obras nucleares do pensamento arqueológico europeu, a exemplo da edição portuguesa de 1947 de *Man makes himself* (1936), da responsabilidade dos historiadores económicos da FLUL, Jorge Borges de Macedo (1921-1996) e Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011).

E. da Cunha Serrão não se limitou, contudo, a elencar problemas. Apresentou soluções. Entre elas, a introdução do *grid system*<sup>7</sup>.

O empenho de E. da Cunha Serrão não foi infrutífero. Entre as conclusões e os votos gerais do I CNA, constava a indispensabilidade de promover novas técnicas de trabalho; organizar campos específicos de treino para prática universitária; incentivar

---

<sup>6</sup> Exemplo disto, foram as salas do Instituto Britânico, da Sociedade de Geografia de Lisboa e da FLUL, ao preencherem-se de público para assistir a conferências da inglesa Jacquetta Hawkes (1910-1996) e do galês Glyn Daniel (1914-1986).

<sup>7</sup> Um dos primeiros resultados deste ascendente estrangeiro ocorrera, contudo, no ano anterior, em 1957, quando da escavação, por E. da Cunha Serrão, da gruta da Lapa do Fumo, onde aplicara o sistema da quadrícula.

contactos e montagem de redes com investigadores estrangeiros; e criar uma comissão para definir e uniformizar a nomenclatura arqueológica em Portugal.

Mas, qual foi o real alcance do I CNA? Nem tão visível, nem tão abrangente quanto esperado. Provavelmente, porque a maioria dos arqueólogos portugueses se abstraiu do sistema de escavação em quadrícula, continuando a privilegiar a escavação ao longo das estruturas encontradas. Pelo menos até aos anos 70, somando-se-lhe, então, um acrescido cuidado com o registo estratigráfico e tridimensional dos materiais escavados. Convirá, no entanto, lembrar que o tempo mediado entre o I CNA e o II CNA (Coimbra, 1970), denunciava as dificuldades encontradas pelos seus promotores, fruto, certamente, da desatenção institucional concedida a esta disciplina.

Não obstante, o I CNA permitiu avaliar a influência da arqueologia junto das novas gerações, assim como a amplitude geográfica da curiosidade que originava entre diferentes populações e círculos de actuação. Possibilitou, ainda, aferir temas, territorialidades e cronologias mais estudados, identificando métodos de trabalho e apreender novidades. Por fim, o I CNA demonstrou quão havia ainda a percorrer até ser possível equiparar projectos de investigação nacionais a linhas de força assumidas fora do nosso país, ultrapassando a mera (porém, essencial) análise descritiva.

A verdade é que a geração titular da arqueologia portuguesa não estaria preparada para interiorizar e aceitar, na plenitude, as novas directivas emanadas das principais escolas ocidentais. Ademais, a sua maioria não dominava o idioma inglês, o que se revelava, já à época, um sério óbice científico, acrescido da sua rara participação em trabalhos de campo fora de Portugal.

## **A ‘GERAÇÃO DO TEJO’, ENTRE O ESTRUTURALISMO E A *NEW ARCHAEOLOGY***

A viragem para os anos 60 foi decisiva para a arqueologia no país, ao desdobrar diligências, sólidas e duráveis, nas áreas da docência, do estudo no terreno e de gabinete, da conservação, apresentação, divulgação e gestão arqueológica, enquanto a AAP comemorava, em 1963, o seu primeiro centenário.

Não era, todavia, ainda o momento para a ruptura, atendendo a que parte substantiva das instituições-líder da nossa arqueologia continuava a ser protagonizada por quem insistia em prédicas histórico-culturalistas e funcionalistas, conquanto reconhecesse a necessidade de integrar entusiastas do processualismo neopositivista da *New Archaeology* (1958). Era o caso da AAP, até ao falecimento de Joaquim M. Fontes

e a afirmação de Fernando de Almeida (1903-1979), a quem, juntamente com E. da Cunha Serrão, coube estimular uma nova geração animada com recentes teorias e metodologias, enquanto inteirava projectos interdisciplinares, esmiuçava saberes, absorvia bibliografia estrangeira estrangeira, buscava formação complementar noutras academias, e expunha, nacional e internacionalmente, os seus primeiros trabalhos.

O caminho estava franqueado. Houve, por isso, que demandar, com maior veemência, o internacionalismo arqueológico para internacionalizar a arqueologia em Portugal, comunicar noutros idiomas, principalmente em inglês, aproximar e colaborar com escolas e personalidades exteriores. Somente assim se anularia qualquer isolamento epistémico, sobretudo então, que a ciência se isentava de doutrinarismos e metafísicas, para se guarnecer do optimismo triunfador da *Big Science*.

A verdadeira mudança da arqueologia em Portugal verificou-se no final do terceiro quartel de Novecentos, por mão de uma geração de jovens estudantes universitários do Curso de História da FLUL, liderada por F. de Almeida e E. da Cunha Serrão. Sobretudo pelo último, ao reuni-los em torno de debates estruturalistas lévy-straussianos, apesar de, pessoalmente, continuar agregado ao historicismo culturalista childeniano.

Mas esta transformação resultava também da actividade do recém-formado Grupo para o Estudo do Paleolítico Português (GEPP), conduzido pelo finalista da FLUL, Vítor Oliveira Jorge (1948-). Intentando desenvolver estudos sobre Pré-História Antiga e promover inovações teóricas e metodológicas, com relevo para a *New Archaeology* e o Estruturalismo, o GEPP fez germinar no seu seio a denominada ‘Geração do Tejo’ (GT) embrenhada na arqueologia analítica, neopositivista, com recurso a programas computacionais (Lemos, 2011: 6).

Foi, então, que se proporcionou renovar a arqueologia em Portugal, quando um pequeno grupo de entusiastas estudantes universitários se deslocou a Fratel, concelho de Vila Velha de Ródão, a 31 de Outubro de 1971, para averiguar a existência de gravuras rupestres identificadas pouco antes (Lemos, 2011: 4). Ali regressaram um mês depois, dessa feita com E. da Cunha Serrão, para as resgatar (Serrão *et alii*, 1972; Lemos, 2011: 3 e 5), repensar o passado e reconstitui-lo longe do modelo histórico-culturalista (fig. 3).



Fig. 3 – Pormenor do trabalho de campo da ‘Geração do Tejo’. Adaptado. Fonte: [http://tejo-rupestre.com/?page\\_id=120](http://tejo-rupestre.com/?page_id=120).

Foi esta descoberta imprevista no terreno associada ao avolumar do interesse da imprensa nacional pelo assunto e à premência de aumentar e aperfeiçoar conhecimentos arqueológicos, que motivou alguns destes elementos viajarem até Paris em 1972, apoiados pelo Ministério da Educação de Portugal<sup>8</sup>. Chegados à capital francesa, foram recebidos por André Leroi-Gourhan (1911-1986), no *Collège de France*, Anne Laming-Emperaire (1917-1977), no *Musée de l’Homme*, e Pierre Biberson (1909-1992) e Jacques Texier (1932-2011), no *Institut de Paléontologie Humaine*. Deslocaram-se, ainda, a *Pincevant*, por sugestão de Michel Brézillon (1924-1993), Director das *Antiquités Pré-Historiques de la région parisienne*, junto de quem apreenderam o método de registo das gravuras que estudava no Sahara (Lemos, 2011: 9).

## LEGADO(S)

Os trabalhos inovadores do GEPP e do GT protagonizaram um corte epistemológico, rasgando caminho a uma novel arqueologia e promovendo a sua institucionalização, reconhecimento académico e social. No conjunto, os seus membros transmudaram o Ródão num amplo campo de aprendizagem, aperfeiçoamento e divulgação de conhecimentos arqueológicos em solo português, até que a inundação da barragem de Fratel interrompeu esse desígnio. Enquanto isso, encorajou-se a internacionalização desta ciência e criaram-se instrumentos legais de salvaguarda patrimonial. A sua afirmação definitiva teve, no entanto, lugar na sequência dos acontecimentos políticos de Abril de 1974. De então em diante, os membros deste grupo reorientaram e lideraram, destemidamente, a arqueologia no país, onde, desde 1971, já actuava a extensão de Lisboa do Instituto Arqueológico Alemão, que em muito contribuía para o seu desenvolvimento entre nós.

<sup>8</sup> No geral, os trabalhos foram de igual modo conduzidos com o suporte científico de Fernando de Almeida, então a figura principal da arqueologia no país, desde que assumira o ensino da arqueologia na FLUL, a direcção do Museu Nacional de Arqueologia e a presidência da AAP.

Tratando-se esta de uma página relevante da arqueologia portuguesa da segunda metade de Novecentos, na qual se cruzam, em crescendo, diversos espaços e protagonistas, prosseguiremos o seu escrutínio, analisando-a com profundidade e detalhe. Recolheremos, para o efeito, outras fontes primárias e secundárias, fixando, em simultâneo, testemunhos orais de quem vivenciou, na primeira pessoa, alguns dos seus episódios centrais. Avaliaremos, ainda, a produção, transmissão e recepção dos conhecimentos acumulados ao longo de todo este processo, num decurso pautado, essencialmente, por uma vontade intrínseca de remodelar a arqueologia no país mediante diferentes redes científicas, pessoais e institucionais.

Contudo, para obter um quadro mais alargado da realidade existente, expandiremos geograficamente esta análise, englobando actividades produzidas, por exemplo, na Universidade de Coimbra (UC), mormente, pelo seu Instituto de Arqueologia (IA), criado em 1954 e inaugurado quatro anos depois, sob proposição do professor e especialista no período romano, João M. Bairrão Oleiro (1923-2000). Mas, também, pela revista *Conimbriga*, cuja publicação se iniciou em 1959, assim como pela conversão do sítio arqueológico de Conímbriga em campo de formação prática dos alunos da UC. Entretanto, em 1963, Jorge de Alarcão (1934-) era contratado para funções docentes na UC, após frequentar dois anos lectivos (1960-1962) no Instituto de Arqueologia da Universidade de Londres, com bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian. Obtendo ali o *Academic Postgraduate Diploma in European Archaeology*, o *Diploma in Archaeological Conservation* e o *Gordon Childe Prize*, atribuído anualmente ao melhor aluno do Instituto, o futuro director do IA tornou-se uma referência incontornável dos estudos romanos no país e elemento basilar da reforma dos planos curriculares conduzida na UC na primeira metade dos anos 70, dela resultando a multiplicação das disciplinas que configurariam uma especialização universitária em arqueologia.

Evidências bastantes para que, a breve trecho, procuremos compreender a natureza e a extensão do papel desempenhado pelas redes de contacto, de produção e de formação complementar estrangeira nestas alterações, bem como as suas substâncias e a diferença do seu percurso dos registados nas universidades de Lisboa e do Porto.

*Lisboa, Verão de 2014*

## BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

CONGRESSO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (1959-1960): *Actas e memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia realizado em Lisboa de 15 a 20 de Dezembro de 1958, em homenagem a Doutor José Leite de Vasconcelos*, 2 vols., Lisboa.

DÍAZ-ANDREU, M. - CHAMPION, T., eds. (1996): *Nationalism and archaeology in Europe*, San Francisco.

FABIÃO, C. (1999): “Um século de Arqueologia em Portugal – I”, *Al-Madan*. Série II, 8: 86-108.

GOMES, M. V. (2010): *Arte rupestre do Vale do Tejo. Um ciclo artístico-cultural pré e proto-histórico*, Texto policopiado. Tese de doutoramento em História apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

GONÇALVES, V. S. (1980): *O IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas (Lisboa, 1880): uma leitura, seguida da "crónica" de Bordalo Pinheiro*, Lisboa.

LE MOS, F. S. (1987): “As Três Idades da Arqueologia Portuguesa”, *Forum* 2: 5-12.

- (1989): “Arqueologia Portuguesa: Aspectos Históricos e Institucionais”, *Forum* 5: 91-110.

- (2011): “Vale do Tejo – a ventura da Arte Rupestre. Nos 40 anos do início da descoberta da arte rupestre do Tejo”, *ACAFA on-line*, 4 [Em linha]. Vila Velha de Ródão: Associação de Estudos do Alto Tejo, 22 pp.. [Consult. 14 July 2015]. Available at [http://www.altotejo.org/acafa/docsn4/Vale do Tejo a Ventura da Arte Rupestre F S ande Lemos.pdf](http://www.altotejo.org/acafa/docsn4/Vale%20do%20Tejo%20a%20Ventura%20da%20Arte%20Rupestre%20F%20S%20ande%20Lemos.pdf) .

MARTINS, A. C. (2003): *Possidónio da Silva (1806-1896) e o elogio da memória, Um percurso na arqueologia de oitocentos*, Lisboa.

- (2005): *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial. 100 anos de (trans)formação. 1863-1963*, Texto policopiado. Tese de doutoramento em História apresentada à Universidade de Lisboa.

- (2008): “(Instru)mentalizar saberes. A arqueologia como novo plano de poder”, en V. Oliveira Jorge y J.M. Costa Macedo, *Crenças, Religiões, Poderes: dos indivíduos às sociabilidades*, Porto: 279-301.

- (2013): “O 1.º Congresso Nacional de Arqueologia (1958) entre a internacionalização da ciência e o internacionalismo científico”, en *Actas do 2.º Encontro Internacional do HetSci - Internacionalização da Ciência e Internacionalismo Científico*, Évora: (no prelo).

- (2014): “Fotografias da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné (1946-1947): entre a forma e o conteúdo”, en F. Lowdes Vicente, *O Império da Visão. Fotografia no contexto colonial português (1860-1969)*, Lisboa: 117-139.

PAÇO, M. A. do (1951): “Padre Eugénio Jalhay”, *Arqueologia e História*, 8.ª série, vol. V. Lisboa: 60-61.

PREUCCEL, R. W. - HODDER, I., eds. (1996): *Contemporary archaeology in theory. A reader*. Oxford.

RAPOSO, L. (2011): “Ródão, há quatro décadas, um eixo vertebrador do “meu mundo”. Nos 40 anos do início da descoberta da arte rupestre do Tejo”, *ACAFA on-line*, 4 [Em linha]. Vila Velha de Ródão: 10 pp.. [Consult. 14

July 2015]. Available at URL: [http://www.altotejo.org/acafa/docsn4/Rodao\\_ha\\_quatro\\_decadas\\_Luis\\_Raposo.pdf](http://www.altotejo.org/acafa/docsn4/Rodao_ha_quatro_decadas_Luis_Raposo.pdf) ].

ROLLO, M. F. - QUEIROZ, M. I. - BRANDÃO, T. - SALGUEIRO, A. (2012): *Ciência, cultura e língua em Portugal no século XX. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*, Lisboa.

SERRÃO, E. da C. - VICENTE, E. P. (1959): “Escavações em Sesimbra, Parede e Olelas. Métodos empregados”, en *Actas e memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, Vol. 1. Lisboa: 317-334

SERRÃO, E. da C. - LEMOS; F. de S. - MONTEIRO, J. P. - QUEROL, M. de los A. - JORGE, S O. - JORGE, V. de O. (1972): “O complexo da arte rupestre do Vale do Tejo (V.<sup>a</sup> V.<sup>a</sup> de Ródão - Nisa): primeiras hipóteses e programa de trabalhos”, *O Arqueólogo Português*. S. III, Vol. VI, p. 63-75.

TRIGGER, B. G. (1992): *Historia del pensamiento arqueológico*. Barcelona.